

Revitalização de Línguas Indígenas: o que é? como fazemos.

Wilmar da Rocha D'Angelis
(organizador)

InDIOMAS
Conhecimento de Línguas Indígenas e Línguas de Sinais



editora
Curt *muendajú*
Campinas, 2019

Revitalização de línguas indígenas : o que é? Como fazemos

Capa: Marília Oliveira Costa

Fotos no corpo do livro: Juracilda Veiga

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Antônio Cândido
do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) - UNICAMP
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

R327

Revitalização de línguas indígenas: o que é? Como
fazemos / Organizador: Wilmar da Rocha D'Angelis. –
Campinas, SP: Curt Nimuendajú: KAMURI, 2019.
208 p.

ISBN 978-85-99944-50-9

1. Línguas indígenas - Brasil. 2. Revitalização
linguística. 3. Língua nhandéva. 4. Língua kaingang. 5.
Língua krenak. I. D'Angelis, Wilmar, 1957-.

CDD: 498

© Copyright desta edição:

EDITORA CURT NIMUENDAJÚ
Rua Dr. Gabriel Porto, 46 - fundos
Campinas – S. Paulo – Brasil
13083-210



www.curtnimuendaju.com.br
contato: editora@curtnimuendaju.com.br

1ª edição: 2019

Existem, atualmente, muitas línguas no mundo que caíram no silêncio. Uma língua é silente ou porque não há mais ninguém que a saiba, ou porque aqueles que a conhecem já não encontram nenhum lugar para usá-la. Em uma parte da literatura, essas línguas têm sido chamadas de “moribundas”, se houver pessoas que ainda as saibam, mas não tenham como usá-las, ou “mortas” ou “extintas”, quando não há falantes vivos. Eu prefiro a metáfora menos terminal do “silêncio”, ou o “sono” de L. Frank Manriquez. (...)

Cada vez mais rapidamente, os processos de comunicação, globalização, deslocamento e destruição ambiental estão resultando no abandono (voluntário ou involuntário) de suas línguas pelas comunidades afetadas. A pergunta é: as línguas podem ser despertadas, se aqueles que as veem como parte de sua herança desejam fazê-lo? Vemos muitas pessoas tentando, e há sempre algum tipo de resultado bem-sucedido, sejam apenas alguns itens do vocabulário inseridos na fala cotidiana, seja a língua se tornando o modo de comunicação diária novamente.

Leanne Hinton (2001, p.413)

There are at present many languages in the world that have fallen silent. A language is silent either because there is no one left who knows it, or because those who know it no longer have any domain left in which to use it. In some of the literature, such languages have been called "moribund" if there are people who retain knowledge but have no way to use it, or "dead" or "extinct" when there are no living speakers. I prefer the less final metaphor of "silence", or L. Frank Manriquez's "sleep". (...)

Ever more rapidly the process of communications, globalization, displacement, and environmental destruction are resulting in abandonment (whether voluntary or involuntary) of their language by the affected communities. The question is, can the languages ever be awakened, if those who see them as part of their heritage wish to do? We see many people trying, and there is always some kind of successful result, whether just a few vocabulary items are inserted into daily speech or the language becomes the mode of daily communication again.

Leanne Hinton (2001, p.413)

HINTON, Leanne. Sleeping languages. Can they be awakened? In Leanne Hinton & Kan Hale (Eds.), *The Green Book of language revitalization in practice*. Leiden, Boston: Brill, 2001, p. 413-417.

Sumário

Prefácio: Política e planejamento linguístico: saber e poder	07
1. Línguas Indígenas no Brasil: quantas eram, quantas são, quantas serão?	13
2. Línguas obsoletas	29
3. Revitalização de línguas indígenas: do que estamos falando?	43
4. Revitalização de línguas indígenas em São Paulo: mediação e parceria	65
5. O projeto da Gramática Pedagógica do Nhandewa/Tupi-Guarani	75
6. Edição de uma narrativa indígena: o Inypyrũ	93
7. Dicionário Kaingãk Paulista: recolha lexical em um dialeto obsoleto	111
8. Krenak: registros etnográficos e de viajantes no processo de revitalização linguística	133
9. Projeto Web Indígena	155
10. Revitalização linguística: o que aprendemos	169
11. Investigação colaborativa em Linguística	185

REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS INDÍGENAS: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Ivana Pereira Ivo¹

No contato com a sociedade brasileira, os falantes da língua Ofayé² tomaram a decisão de não ensinar a língua indígena aos filhos, acreditando que com isso as crianças e os jovens sofreriam menos preconceito na escola da cidade. Estavam enganados, infelizmente. Os Ofayé são fortemente discriminados na escola brasileira que frequentam (Oliveira, 2014, p. 123), falando ou não uma língua indígena. São referidos como “bugres”, além de outros termos pejorativos, sem falar no processo de invisibilização que sofrem diariamente na sociedade local. Talvez, a esta altura, tenham descoberto que a discriminação não se restringiria às suas línguas isoladamente, mas a eles, como povo, como reflete Calvet (2002, p. 145): “são os povos, não as línguas, que são dominados”.

Este é um dos desdobramentos do contato entre as línguas, a substituição daquelas minoritárias pela língua de maior prestígio econômico, social e político. Há, no Brasil, um quadro de multilinguismo, sendo faladas em torno de 170 línguas indígenas.³ Esse quadro não é plenamente reconhecido (nem mesmo conhecido) pela sociedade brasileira. As línguas e culturas indígenas do Brasil são invisibilizadas por diferentes mecanismos, seja por uma representação fantasiosa nos livros didáticos ou pela não implementação de políticas linguísticas efetivas à sua valorização.

Fatores diversos podem contribuir para a substituição da língua indígena pela língua nacional, dentre eles a não atualização das línguas indígenas,⁴ chegando, em alguns casos mais extremos à obsolescência, que é quando uma língua deixa de ser útil

¹ Doutora em Linguística (UNICAMP). Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Setor de língua inglesa. E-mail: ivo.ivana@gmail.com.

² A língua Ofayé é classificada como pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e membro da família linguística Ofayé (Rodrigues, 2002, p. 49 e 56). Segundo os dados de Oliveira (2014, p. 119), a língua é falada por apenas nove adultos, em clara situação de risco de extinção.

³ D’Angelis (2014, p. 94) demonstra como das 170 línguas vivas elencadas oficialmente, se unidos os dialetos de uma mesma língua e retiradas as línguas que contam, à época da sua pesquisa, com cinco falantes ou menos, o número de línguas indígenas ficaria abaixo de 160.

⁴ Entende-se por “atualização” ou “modernização” de uma língua o fato de ela estar respondendo adequadamente (e sincronicamente, isto é, “a tempo”) a novos contextos e novos desafios. Trata-se de um processo natural e comum a todas as línguas vivas (e não obsoletas): “*as línguas mudam (ampliam vocabulário, abandonam determinadas palavras, transformam sua sintaxe ou seu sistema fonológico etc.) porque os falantes buscam sempre formas mais apropriadas ou mais eficientes para expressão e comunicação, diante também das mudanças (sociais, tecnológicas, ambientais etc.) que a própria sociedade experimenta*” (D’Angelis, 2005b, p. 15-16).

aos seus falantes. Monserrat (2011) alista alguns fatores que podem contribuir para o abandono da própria língua:

- deslocamentos de populações indígenas para as (periferias das) cidades
- índios vivendo em aldeia, mas estudando em escolas urbanas
- nas aldeias: presença e uso exacerbado da televisão
- falta de autoestima indígena
- falta de incentivo institucional para a manutenção e desenvolvimento cultural e linguístico
- falta de visibilidade da importância da língua indígena como veículo da cultura e da identidade.

Há, sem dúvidas, novas demandas sociais vivenciadas pelas comunidades indígenas, como é o caso das redes sociais na internet, bastante utilizadas pelos indígenas. Nesses casos, a língua portuguesa vai avançando e ocupando espaços nas relações comunicativas. Crystal (2012, p. 135) afirma que “um povo não deixa de usar sua primeira língua simplesmente porque decide adotar outra”. A língua de maior prestígio passa a atender com mais eficiência às novas demandas sociais e, geralmente, a geração mais nova passa a se sentir mais confortável com o uso da língua nacional do que com sua língua materna.

Além das demandas para o uso dos computadores e dos *smartphones*, em alguns contextos o domínio da língua portuguesa é necessário para o ingresso nos estudos e na obtenção de empregos e é assim que, à medida que as gerações mais idosas vão morrendo, as mais novas, já mais confortáveis no uso do português, deixam de falar a língua materna.

Esse e outros fatos deram e dão ao Brasil um número significativo de línguas ameaçadas de extinção. Segundo estimativas de Rodrigues (2002), desde o início da colonização no Brasil, mais de mil línguas indígenas deixaram de ser faladas no território brasileiro – um quadro estarrecedor que se acentua quando observamos que algumas das línguas sobreviventes podem, em poucas gerações, entrar nessa estatística.

Segundo D'Angelis (2014, p. 94), mais 50% das línguas indígenas do Brasil contam com menos de 500 falantes, mais de 40 línguas com menos de 100 falantes e, dessas, quase 30 contam com menos de 20 falantes cada. Há, portanto, no país um número grande de línguas em perigo de extinção. É esse o cenário que tem inspirado diferentes estudos e propostas de ‘revitalização linguística’, embora se note que o termo

venha sendo usado de modo genérico, incluindo contextos e situações distintas. Muitas vezes a demanda de uma comunidade é por programas de ‘modernização linguística’, noutras há urgência de programas que fortaleçam o uso das línguas indígenas, trabalhando questões de identidade e autoestima. Há ainda situações nas quais a demanda é pelo conhecimento da língua falada pelos ancestrais das comunidades descendentes etc.

Segundo o dicionário Houaiss (2010), revitalização significa “ação, processo ou efeito de revitalizar, de dar nova vida a alguém ou a algo; série de ações mais ou menos planejadas, ger. provenientes de um grupo, comunidade etc., que buscam dar novo vigor, nova vida a alguma coisa”. Então, o que é, de fato, revitalizar uma língua?

Uma vez que o termo ‘revitalização linguística’ é utilizado com diferentes significados/conceitos, diferentes metodologias são propostas. A situação de línguas vivas, que começam a apresentar quebra no processo de transmissão intergeracional, levando a que os mais jovens não falem a língua materna dos seus pais, demandam um tipo de ‘resposta’. Línguas que são faladas apenas por alguns anciãos da comunidade, exigem outro tipo. E há os que falam de “revitalização” nos casos em que se busca retomar a língua que foi falada pelos ancestrais da comunidade, lançando mão de registros escritos feitos em décadas ou séculos anteriores.

Das três situações caracterizadas acima, parece coerente chamar de “revitalização” quaisquer iniciativas, ações e processos destinados a restabelecer a situação de língua falada por toda a comunidade, nos dois primeiros casos. “Revitalização”, então, tem o mesmo sentido de “revigoração”, ou seja, de restabelecimento de uma situação em que a língua era vigorosa, mas partindo de uma língua que ainda é viva, ainda que doente, ou mesmo, quase moribunda. Já no caso de línguas que não têm mais falantes vivos, e cujo aprendizado pelos membros da comunidade depende do estudo de registros escritos, parece-nos mais adequado falar em “retomada” da língua ancestral, ou da língua dos antepassados.

Há, ainda, uma quarta situação, em geral desconsiderada quando se fala ou pensa em revitalização linguística: o daquelas línguas vivas que, no entanto, começam a dar sinais de perda de espaços sociais relevantes, porque começam a sofrer forte concorrência da língua majoritária, de modo que as gerações mais jovens, ainda que falando a língua indígena, deixam de desenvolver plenamente sua proficiência nela. Essa também é uma situação em que cabe, como resposta, alguma ação de revitalização linguística.

De qualquer modo, “revitalização”, “revigoração”, “retomada”, “resgate” ou quaisquer outros nomes, não passam de nomenclatura; o importante é a atitude da comunidade com respeito à sua língua, herança dos seus ancestrais, e se ela está efetivamente disposta a dar vida plena para essa língua no espaço de sua vida cotidiana.

Apresento a seguir três cenários para os quais se pode pensar em revitalização linguística.

1. Comunidades bilíngues, com desvalorização da língua indígena

Algumas comunidades indígenas falam tanto suas línguas maternas como a língua portuguesa, apresentando diferentes níveis de bilinguismo. A demanda nesses casos é por ações que contribuam com o fortalecimento e com a modernização dessas línguas. Este é o caso de várias comunidades Guarani-Mbyá. No cotidiano das aldeias, é a língua indígena que se ouve; no entanto, novas dinâmicas sociais têm feito com que os mais novos passem cada vez mais ao uso da língua portuguesa, uma vez que frequentam escolas nas cidades próximas às aldeias, ouvem músicas, em alguns casos veem programas de televisão, e interagem ativamente nas redes sociais por meio da língua portuguesa. Essas não são coisas necessariamente ruins. Aponto-as, para mostrar como a língua indígena pode ir perdendo espaço e, o que é pior, perdendo o seu prestígio. O desafio, nesses casos, é propor estratégias para o fortalecimento e modernização da língua, o que pode ser feito por meio das escolas instaladas nas aldeias.

Queremos defender que o desenvolvimento de uma tradição escrita nas línguas indígenas é um instrumento poderoso de vitalização e fortalecimento das línguas. E o melhor espaço para realizá-lo, ainda é a própria escola indígena, até aqui responsável por pressões e experiências prejudiciais às línguas autóctones (D'ANGELIS, 2012: 187).

Nas escolas indígenas podem ser desenvolvidos programas escolares que promovam a leitura e a escrita nas línguas nativas, como estratégias para a valorização e consequente atualização destas línguas, ao contrário do que normalmente se vê, que é a utilização de materiais didáticos exclusivamente em língua portuguesa, geralmente os mesmos fornecidos pelos governos locais às escolas da zona rural (ou, mesmo, urbanas).

Aqui entramos em dois pontos cruciais no tocante à educação escolar indígena: a grande necessidade de formação de professores indígenas e a urgência da elaboração de materiais didáticos em suas línguas. Esses dois pilares são a mola propulsora para um

programa de revitalização linguística no sentido de fortalecer e modernizar as línguas indígenas, programas que deem espaço às línguas indígenas nas escolas, dando-lhes relevância e prestígio, como forma concreta de resistência ao domínio da língua nacional:

A única forma de se opor, concretamente, ao desaparecimento de uma língua indígena é fazer frente, deliberadamente, à perda de espaços para a língua portuguesa, garantindo (ou criando), para a língua indígena, funções e usos sociais relevantes e prestigiados. Desenvolver a escrita em língua indígena é uma das formas importantes, e, possivelmente, umas das mais eficazes, para uma política de resistência da língua indígena frente às pressões da língua majoritária. E é também um dos instrumentos mais eficazes de uma política indigenista de fortalecimento e modernização da língua indígena, indispensável para sua sobrevivência futura (D'ANGELIS, 2005a, p. 15).

Por meio de um projeto de extensão denominado “Atlas Escolar Bilingue Guarani/Português. Território e Cultura: a Comunidade e a Terra Indígena Rio Silveira - Tekoá Morutĩ”, promovido pelo Instituto de Geociências da UNICAMP⁵, participamos da elaboração e organização do livro *Mbyá-Ayvu: A Língua Guarani-Mbyá*. Esse material, além de apresentar a organização da frase verbal da língua Guarani, apresenta dois textos: *Jety* e *Avaxi*. Para a elaboração e inserção desses textos, inicialmente, conversamos com um dos pajés, apresentando-lhe a ideia e solicitando, ao mesmo tempo, ideias. Ele próprio sugeriu os dois temas, pela relevância cultural dos dois alimentos, a batata-doce e o milho, respectivamente.

Metodologicamente, procedemos da seguinte forma: pedimos que ele gravasse os textos. Após a gravação, em casa, os textos foram transcritos, exatamente como narrados. Durante a transcrição, mantivemos todas as hesitações, repetições de ideias e comentários feitos durante a narrativa. O propósito era ser fiel ao máximo ao que foi dito por ele. No dia da revisão, o áudio foi repetido para ele, seguido pela leitura da transcrição textual. Após ouvir o texto, o seu autor ia corrigindo, retirando as repetições, corrigindo hesitações e comentários, além de propor acréscimos e esclarecimentos à narrativa. Desse modo, o texto foi produzido e ajustado pelo próprio autor, e ele compreendeu o nosso papel de assessoria apenas. Isso pode parecer simples, mas não foi para ele. Havia uma alegria visível cada vez que repetíamos: *O seu texto ficou ótimo! Você fez um excelente trabalho.*

⁵ Projeto coordenado pelo Prof. Vicente Eudes Lemos Alves.

Outra proposta do material *Mbyá-Ayvu* foi deixar espaço para a produção textual por parte das crianças. Uma seção chamada *Nhambopara* ('vamos escrever') é um convite à escrita livre e criativa. Consideramos de grande importância a inserção da literatura indígena nas escolas das aldeias, o que poderá contribuir de forma excelente para a valorização das línguas indígenas e para o desenvolvimento da autoestima do povo.

2. Comunidades com grande perda linguística, por quebra da transmissão intergeracional

Os Nhandewa de Avaí/SP (Terra Indígena Araribá)⁶ apresentam um quadro de significativa perda linguística, uma vez que a língua é falada, quase que exclusivamente, apenas por poucos idosos. As crianças, os jovens e mesmo alguns adultos são monolíngues em língua portuguesa.

Entre 2013 e 2014, a pedido da comunidade local, participamos de um programa de revitalização da língua⁷, com a proposta de elaborar materiais didáticos na língua Guarani, fazendo da língua uma das disciplinas ministradas na escola. O trabalho foi desenvolvido por meio de oficinas com os professores indígenas e os falantes nativos, totalizando, ao todo, quase 30 encontros em 5 anos.

O primeiro projeto, a pedido dos professores, foi a elaboração de uma Gramática Pedagógica, que foi sendo construída aos poucos e publicada sob o título "Lições de Gramática Nhandewa-Guarani" (com um volume publicado em 2017 e outro em 2018). Um dos desafios em um trabalho dessa natureza é pensar as categorias gramaticais à luz da língua alvo e não à luz da língua portuguesa, uma vez que não pretendíamos

⁶ Costa (2010) propôs uma distinção de base histórica e linguística ao considerar a história de migrações que, por um lado, separaram definitivamente os grupos de fala guarani migrados da fronteira Brasil Paraguai (no atual Mato Grosso do Sul) daqueles que permaneceram naquela região e, por outro lado, causaram miscigenação entre os sobreviventes de parcialidades ou sub-parcialidades distintas. A pesquisadora justificou a validade de distinguir, na "macro-parcialidade" Nhandewa, pelo menos duas distintas sub-parcialidades: os *Nhandeva* que permaneceram no Mato Grosso do Sul (possivelmente com elementos em comum com grupos Avá-Guarani do Paraguai e no Oeste do Paraná) e os *Nhandewa* de São Paulo e do Norte do Paraná, aparentados entre si, e oriundos das mesmas migrações descritas por Curt Nimuendajú ([1912] 1987, p. 3-16), que mencionou três grupos que migraram para o Estado de São Paulo (via Norte do Paraná): Apapocuva, Tañyguá e Oguauíva. A distinção na literatura, igualmente introduzida por Costa ([2003] 2010), lança mão das diferentes ortografias que os respectivos grupos utilizam, permitindo distinguir os do MS pela grafia com "v", daqueles de São Paulo e Norte do Paraná, pela grafia com "w".

⁷ Projeto conduzido pelo Grupo de Pesquisa InDIOMAS, coordenado pelo prof. Wilmar da Rocha D'Angelis (Grupo de Pesquisa InDIOMAS), e pela ONG KAMURI, em parceria com a FUNAI.

‘traduzir’ as nossas categorias gramaticais para a língua indígena, mas mostrar-lhes algumas regras de funcionamento da língua Guarani.

Tomou-se o cuidado de deixar claro à comunidade questões relacionadas à variação linguística como algo inerente às línguas naturais, além de discutirmos outras questões relacionadas aos problemas com a normatização linguística e com as concepções de ‘erro’, tanto no uso da língua materna como, também, no aprendizado de uma segunda língua.

A metodologia proposta tinha outro desafio: havia entre os professores participantes níveis linguísticos distintos, o que também nos mostrou a necessidade de ajustes metodológicos. Havia ali professores com pouco conhecimento da língua Guarani, talvez apenas com domínio de um pequeno vocabulário, ao mesmo tempo em que tínhamos a participação de um professor fluente em Guarani, vindo de outro Estado, além de outros, jovens e crianças, com pouco ou nenhum conhecimento da língua.

Iniciamos o trabalho com uma revisão dos fones e fonemas da língua Guarani, dando-lhes autonomia para posterior revisão da convenção ortográfica, que contou com a participação dos mais velhos e falantes da língua. A partir da definição ortográfica, em cada oficina apresentávamos uma ou mais categoria gramatical para estudo, envolvendo, o quanto possível os mais velhos e as crianças. Ao final, o material produzido nas oficinas foi publicado e é utilizado nas escolas Nhandewa em diversas aldeias. Relatos dos próprios professores revelaram um conhecimento crescente da língua. Foram inúmeros os relatos de estratégias adotadas em nossa ausência, como a pesquisa particular que desenvolveram com os mais velhos – foi impressionante e compensador observarmos vários deles usando e entendendo a língua na escrita, e mesmo comunicando-se oralmente nela.

Outra ação desenvolvida como parte do mesmo processo de revitalização foi a estratégia de atualizar a escrita de uma narrativa sagrada, o *Ynypyrũ*, registrada por Curt Unkel Nimuendajú e publicada em 1914, o que foi feito ao longo de várias oficinas, com o apoio dos falantes mais velhos, que eram convidados e participavam ativamente dos encontros.⁸

Um outro exemplo de língua nessa situação encontra-se no relato de Borges (2002) sobre o trabalho desenvolvido com a língua Avá (família Tupi-Guarani), uma língua ameaçada de extinção. À época do estudo, a língua era falada por cerca de 15

⁸ Este projeto é apresentado no capítulo 6.

peessoas, residentes da aldeia Canoanã, na Ilha do Bananal, Estado do Tocantins, e por mais 6 pessoas da aldeia Minaçu, com as quais a pesquisadora trabalha, no extremo norte do estado de Goiás. O trabalho definiu como objetivos a organização ortográfica e a elaboração de materiais didáticos.

Segundo a autora, além dos falantes, essa língua conta com alguns registros escritos, especificamente, listas de itens lexicais coletas por Couto de Magalhães (1863), publicada em 1957, Meech, em 1961, Harrison, em 1974 e Toral (s/d). Além das listas, a autora menciona uma dissertação de mestrado (Paiva, 1996) com um inventário de fones e análise fonológica.

A partir de uma pesquisa etnográfica, a autora apresenta sua metodologia:

Os dados são, em sua maioria, obtidos em situações reais e informais de fala, como diálogos entre os mais idosos. A intenção é que a documentação da língua Avá seja a mais abrangente possível, abarcando um grande número de eventos comunicativos, tais como diálogos, relatos de experiências e de acontecimentos vivenciados no dia-a-dia pelos Avá, variadas situações de interação discursiva entre eles, e a narração de histórias, mitos e músicas, como também a descrição de festas, danças e artesanatos de que os adultos ainda se recordem. (BORGES, 2002, p. 90).

Borges (2002, p. 99), a despeito das dificuldades elencadas por ela, defende que o trabalho de documentação, análise e descrição de uma língua ameaçada de ser extinção é factível, “é como conseguir ajuntar as peças de um enorme quebra-cabeças”.

3. Comunidades monolíngues em língua portuguesa, que desejam retomar a língua dos antepassados

Há, ainda, o caso das comunidades monolíngues em língua portuguesa, cuja língua ancestral não é mais falada. Em muitos desses casos, a comunidade deseja retomar o seu estudo e conhecimento, como acontece em muitos povos indígenas do nordeste brasileiro.

Um dos grupos indígenas do nordeste brasileiro é o povo Kiriri. A despeito do pequeno número de pesquisas sobre as línguas indígenas que eram faladas no nordeste brasileiro, reconhece-se a existência da família linguística Kiriri. Segundo Cardoso (2018, p. 39) explica:

O povo Kiriri se localiza no semiárido nordestino, numa área conhecida por Boca de Caatinga, intercessão entre a zona da mata e a

caatinga propriamente dita, na bacia do médio Itapicuru. Nessa região a cerca de 300 km da capital baiana, seu território se divide entre os municípios de Banzaê, Quijingue e Ribeira do Pombal, estando no primeiro a maior parcela de área indígena e tendo por principal polo econômico da região este último – outrora o aldeamento jesuíta de Canabrava.

Dessa família linguística, apenas quatro línguas foram identificadas por meio dos estudos linguísticos: *Kipeá*, *Dzubukuá*, *Kamuru* e *Sapuyá*.

Não há registro, até onde sabemos, das línguas *Kamuru* e *Sapuyá*. Quanto aos *Dzubukuá*, segundo Queiroz (2008, p. 17), dados da língua e cultura são encontrados nos registros escritos pelos missionários Bernardo de Nantes e Martinho de Nantes, que com eles conviveram. A língua *Dzubukuá* foi registrada no *Catecismo da língua Kariris*, pelo Fr. Bernardo de Nantes (publicado em 1709, e reimpresso em edição facsimilar, por Julio Platzmann, em 1896).

O *Kipeá* foi descrito pelo padre jesuíta Luis Vincencio Mamiani (1652-1730), em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica da Naçam kiriri*, cuja primeira edição surgiu em Lisboa no ano de 1699. Além da gramática, o jesuíta escreveu o *Catecismo da doutrina christãa na lingua brasilica da naçam Kiriri*, em 1698.⁹

O grande linguista brasileiro, Aryon Dall’Igna Rodrigues, ainda muito jovem, desenvolveu estudos sobre o Kiriri, a partir da referida documentação colonial, publicando dois trabalhos na década de 1940. Meio século depois, Rodrigues publicaria ainda dois outros estudos sobre a família Kariri (em 1997 e 2003).¹⁰

Pesquisas recentes, como Cardoso (2018) e Moraes (2018) apresentam as demandas da comunidade *Kiriri* pela retomada da língua dos antigos, por razões políticas, sociais e religiosas. Nesse e em outros casos, alguns caminhos podem ser seguidos a partir do estudo dessas fontes clássicas, geralmente catecismos, gramáticas, cartas e outros registros:

a) levantamento do inventário fonético e, a partir dele, uma análise fonológica. Os dados, quando não muito restritos, quase sempre permitem conclusões seguras sobre padrão silábico e, muitas vezes, também padrão acentual. Com frequência os registros escritos, de orientação fonética, favorecem boas hipóteses (e, muitas vezes, seguras conclusões) também sobre processos fonológicos.¹¹

⁹ Uma segunda edição foi impressa pela Biblioteca Nacional em 1877.

¹⁰ Os mencionados 4 artigos de Aryon Rodrigues foram republicados na Revista Brasileira de Linguística Antropológica, v. 4, n. 2. Brasília: LALI-UnB, 2012.

¹¹ Tomemos uma passagem do Padre Mamiani sobre o Kiriri como exemplo:

b) elaboração de uma chave de leitura, seguida por uma atualização da escrita. A elaboração de uma chave de leitura é importante, tornando legível um texto que empregou outras convenções, incluindo para suplantiar dificuldades tipográficas da época (quando não, do próprio anotador) no registro de sons da língua indígena. Além dos dados da língua indígena, o próprio português pode ser atualizado, uma vez que os textos foram escritos em séculos passados, com outra convenção ortográfica em vigor, o que pode dificultar a leitura. A chave de leitura, em si, pode ser um bom exercício de leitura e produção dos sons da língua ancestral, o que pode ser trabalhado nas aulas da língua indígena.

c) estudo dos registros escritos da língua ancestral. Pode-se propor um estudo descritivo da língua em diferentes níveis: lexical, morfológico, sintático, gramatical, semântico e outros, nas escolas instauradas nas aldeias. Esse tipo de proposta contribui para trazer valor e status à língua histórica de um povo. No entanto, para que isso seja viável, primeiramente é preciso formar os professores indígenas como pesquisadores da língua, estudando diretamente – de forma orientada – os registros antigos da língua que se tomaram como base para sua retomada.

Revitalização: o que se quer com isso, afinal?

As três situações apresentadas demonstram que estamos diante de diferentes projetos, que talvez não deveriam ser tratados como únicos e colocados sob o mesmo “rótulo” que, convencionalmente, chamamos de ‘revitalização’.

D’Angelis (2014, p. 102-103) distingue alguns contextos particulares e enumera algumas ações específicas de resposta a eles:¹²

I, nesta língua tem quatro vocalidades, duas de vogal, & duas de consoante. A primeira he de I vogal como no Portuguez: a segunda de consoante, como também no Portuguez nestas palavras, Jogo, Janella, mas com som mais brando: *adje* quem, *udje* que. A terceira he de I, também vogal guttural, a que os Authores da língua geral do Brasil chamárão i grosso, pois se acha também nessa lingua: & assim como elles o escrevem por Y, para diferenciar do I vogal simplex, também o escrevemos cõ o mesmo caracter, porém com acento circunflexo por cima, assim, *ÿ*, para differenciar de outro Y consoante, que se escreve sem acento. Pronuncia-se, pois esta vogal como I guttural, & na garganta com os dentes fechados; v.g. *mÿghÿ* ‘contas’; *pÿ* ‘capim’. A quarta vocalidade, ou som do I, he de I carregado, ou consoante duplex, como usão os Castelhanos na syllaba yo; & se intoduzio também na escritura Portugueza, como nessas palavras, Mayor, Cayar: & sem acento, v.g. *Buyê*, grande, *Cayà*, noite (MAMIANI, 1877 [1699], p. 3)

¹² Rigorosamente trata-se de um apanhado de respostas reais observadas em distintas comunidades. Nas palavras de D’Angelis (2014:102), “*diante das situações caracterizadas acima* [refere-se à tipologia que, no presente texto, aparece em negrito], *comunidades indígenas no Brasil têm buscado reagir, em favor de suas línguas, da língua de seus ancestrais ou de sua identidade, por diferentes maneiras. Abaixo,*

- **Línguas vivas e plenamente ativas:** *fortalecimento e modernização* (desenvolvimento da escrita, inclusão em múltiplas mídias, ensino como 1ª língua, produção de materiais didáticos, criação de instrumentos linguísticos);
- **Línguas vivas, com perda de falantes:** *revitalização e modernização* (desenvolvimento da escrita, ensino como 1ª e 2ª língua, produção de materiais didáticos);
- **Línguas vivas apenas entre os mais velhos:** *recuperação e revitalização* (criação de língua mista ou registro e documentação, ensino como 2ª língua, produção de materiais didáticos);
- **Línguas mortas:** *reintrodução de bilinguismo* (ressurreição ou criação de língua mista ou adoção de (outra) língua ou criação artificial de língua ou ensino como 2ª língua, produção de materiais didáticos);
- **Línguas desaparecidas:** *introdução de língua indígena* (reconstrução da língua ancestral ou adoção de uma língua ou criação artificial de língua ou ensino como 2ª língua, produção de materiais didáticos).

É necessário pensar, também, que o foco não é exclusivo e puramente linguístico. Nas palavras de Calvet (2002, p. 145): “o objeto de estudo da linguística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social em seu aspecto linguístico”. Assim, em todas as propostas, faz-se necessário conhecer as dinâmicas sociais que envolvem o povo, uma vez que as línguas são apenas uma parte de algo maior, que é a própria essência cultural daquela sociedade.

Considerando a tipologia de situações e respostas, sistematizada por D'Angelis (acima), nos perguntamos sobre quais são ou podem ser os resultados esperados em cada caso. Qualquer um que tenha convivido com comunidades indígenas com diferentes situações sociolinguísticas concluirá que não se pode esperar que, em todas as situações descritas, se almeje o mesmo resultado, apenas que por meios ou por mobilização de recursos diferentes. Em outras palavras, se nas comunidades Mbyá, referidas anteriormente, se pode almejar que um programa de revitalização linguística conduza a língua, já é falada por toda a comunidade, a uma vitalidade maior, fazendo frente à penetração e à presença da língua portuguesa, inclusive recuperando espaços

sistematizo algumas das respostas possíveis (principalmente, algumas desejáveis) a cada situação indicada”.

que eventualmente a língua minoritária cedera ao Português, nas aldeias monolíngues em língua portuguesa, talvez a língua ancestral não seja “revivificada” nos termos do que se pensa em outras comunidades que contam com falantes, mas toda e qualquer recuperação de uso e/ou valorização, é significativa para a comunidade que busca fortalecer suas questões identitárias.

Queremos dizer, com isso, que a “plena ressurreição” de uma língua é impossível? Não. Pode ser que ela aconteça, de um modo que surpreenda até aos mais otimistas. O que queremos ressaltar é que não se devem produzir falsas esperanças, como se o renascimento de uma língua fosse algo trivial. Consideramos, principalmente, a necessidade de se estabelecer metas razoáveis e, tanto quanto possível, plausíveis de avaliação (quase como se fossem “mensuráveis”). Por exemplo, no caso de uma comunidade cuja língua ancestral morreu, mas da qual se tem registros para retomá-la, poderíamos pensar em metas como: (i) recuperação vocabular: que dentro de um ano, todos na aldeia se cumprimentem usando as formas tradicionais da língua dos nossos ancestrais e que as crianças compreendam, respondendo adequadamente, a um determinado leque ou conjunto de expressões (ex.: Entrem!, Vamos sentar!, Vá buscar água!, Dê água para os animais!, Dê comida para as galinhas!, Vão dormir!, etc.); (ii) nomeação indígena, além do nome português, a toda criança nascida desta data em diante; etc.

“Revitalização linguística”, portanto, terá diferentes formas, representará diferentes objetivos e significará diferentes conquistas em cada caso, dependendo do ponto de partida da situação sociolinguística de cada etnia ou comunidade. Em comum, às diferentes situações em que a expressão seja adotada, deverá estar o fato de que:

- há uma língua minoritária, cuja vitalidade foi afetada pela situação de dominação colonial estabelecida pela sociedade nacional brasileira;
- há uma comunidade que afirma/reivindica sua identidade indígena particular e específica, que reconhece na língua ancestral um *locus* privilegiado de expressão de sua cultura;
- há uma comunidade decidida a não deixar morrer a sua língua ancestral, ou a dar espaços e vida, no seu cotidiano – em um processo crescente e contínuo – à língua dos seus antepassados.

Leanne Hinton, linguista que há mais de 40 anos dedica-se à sobrevivência de línguas indígenas na América do Norte, prefere não empregar expressões como “línguas moribundas” ou “línguas mortas”. Ela as refere como línguas que “caíram no silêncio”,

ou “línguas adormecidas”, e alimenta a esperança de que, em alguma medida, todas elas podem ser “despertadas”:

Cada vez mais rapidamente, os processos de comunicação, globalização, deslocamento e destruição ambiental estão resultando no abandono (voluntário ou involuntário) de suas línguas pelas comunidades afetadas. A pergunta é: as línguas podem ser despertadas, se aqueles que as veem como parte de sua herança desejam fazê-lo? Vemos muitas pessoas tentando, e há sempre algum tipo de resultado bem-sucedido, se apenas alguns itens do vocabulário forem inseridos na fala cotidiana ou se a língua se tornar o modo de comunicação diária novamente. (HINTON, 2001, p.413).¹³

Crystal (2012, p. 136) menciona casos de reflorescimento linguístico, como o do hebraico, língua oficial do moderno Estado de Israel, o do galês, que após longo período de declínio, conta atualmente com um crescimento no número de falantes, o caso da língua maori, que está sobrevivendo graças a um sistema chamado “ninhos linguísticos”, que é a inserção de crianças menores de cinco anos em um ambiente familiar, para imersão no idioma, com a expectativa de que, ao deixarem os “ninhos”, continuem a usar a língua, transmitindo-a para as novas gerações.

Outro caso mencionado é o da língua kurna, do Sul da Austrália. Segundo Crystal (2012), o último falante dessa língua morreu em 1929. Na década de 1980, os descendentes decidiram recuperar o idioma. Os nativos, segundo relata o autor, afirmavam exatamente o que defende Leanne Hinton: “a língua não morreu, está apenas dormindo”.

Felizmente, com base em registros feitos no século XIX, os linguistas foram capazes de fazer uma descrição viva do idioma, ajudando o povo Kurna a aprendê-lo novamente. Agora passou a ser ensinado nas escolas, e um dia, quem sabe, será a língua materna de algumas crianças. Um dos trabalhos dos linguistas foi atualizar o vocabulário da língua Kurna, porque, quando desapareceu, ainda não tinha incorporado novas palavras para a televisão ou para os telefones celulares! Isso é típico de uma língua viva, nunca fica parada. (CRYSTAL, 2012, p. 137).

¹³ Ever more rapidly the process of communications, globalization, displacement, and environmental destruction are resulting in abandonment (whether voluntary or involuntary) of their language by the affected communities. The question is, can the languages ever be awakened, if those who see them as part of their heritage wish to do? We see many people trying, and there is always some kind of successful result, whether just a few vocabulary items are inserted into daily speech or the language becomes the mode of daily communication again.

Este é, sem dúvida, um dos grandes desafios para os estudos em línguas indígenas no Brasil, área que conta, ainda, com um número restrito de pesquisadores, o que nos leva a considerar o importante papel das universidades brasileiras em fazer conhecidas as diferentes realidades linguísticas do país, que tem um número grande de línguas minoritárias, a despeito das perdas já verificadas, e que ainda demandam de tanto apoio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos; IVO, Ivana Pereira; SILVA, Cintia dos Santos Pereira da. **Mbyá-Ayvu: a língua Guarani Mbyá**. Ilustrações Tabata Yara Jessica Timoteo Dias, Mbyá da Aldeia Rio Silveira. Campinas, SP: Instituto de Geociências - UNICAMP, 2016. 86p.

AZEVEDO, Gilda Maria Corrêa. **Língua Kiriri**: descrição do dialeto Kipeá. Brasília: UNB, 1965. Dissertação de Mestrado.

BORGES, Mônica Veloso. O estudo do Avá: Relato e Reflexões sobre a Análise de uma Língua Ameaçada de Extinção. **Revista Liames**. Campinas: UNICAMP/IEL – setor de publicações, (2): 85-104, 2002.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CARDOSO, Gabriel Novais. Um para vocês, muitos pra gente: breve ensaio sobre inter e intra-eticidade entre o povo Kiriri. **Equatorial**, vol. 5, n. 9, p. 36-70. Natal: UFRN, 2018.

COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. **Revitalização e Ensino de Língua Indígena**: interação entre sociedade e gramática. Araraquara, SP: UNESP, 2013. Tese de Doutorado.

COSTA, Januacele da. Um tema em debate: revitalização de línguas minoritárias. *In*: BOMFIM, Anari Braz e COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. **Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva** (org.). Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/EGBA, 2014, p. 133-147.

CRYSTAL, David. **Pequeno Tratado da Linguagem Humana**. Tradução de Grabiél Perissé. São Paulo: Saraiva, 2012.

COUTO DE MAGALHÃES, J. V. **Viagem ao Araguaia**. 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. (Coleção Brasileira nº 28). (1ª ed. de 1957).

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Programas bilíngues, diglossia e língua indígena na escola. *In*: VEIGA, Juracilda; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha (orgs.). **Desafios atuais da educação escolar indígena**. 1a. ed. Campinas; Brasília: Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB; Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2005a, p. 117-121.

_____. **Línguas indígenas precisam de escritores? Como formá-los?** Campinas: Cefiel – IEL-UNICAMP, 2015.

_____. **Aprisionando sonhos**: a educação escolar indígena no Brasil. Campinas: Curt Nimuendajú, 2012.

_____. Línguas Indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam. *In*: BOMFIM, Anari Braz e COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da (orgs.), **Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva** Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/EGBA, 2014, p. 93-117.

HARRISON, C. **Relatório Avá-Canoeiro**. Brasília: SIL (arquivo linguístico) nº 020), 1974

HINTON, Leanne. Sleeping languages. Can they be awakened? *In*: Leanne Hinton & Kan Hale (Eds.). **The Green Book of language revitalization in practice**. Leiden, Boston: Brill, 2001, p. 413-417.

MAMIANI, Luis Vincencio. **Catecismo da Doutrina Christã na Língua Brasilica da Nação Kiriri**. Lisboa. (Edição fac-similar, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional). 1942 [1698].

MARCOLINO, Claudino [et al.]. **Ynypyrũ**: narrativa sagrada da criação do mundo. Ed. bilíngue. Brasília: FUNAI, 2016.

_____. **Lições de gramática Nhandewa-Guarani. Vol. 1.** Brasília: FUNAI, 2016.

MEECH, D. **Canoeiro Word List** (Canoeiro-Tupi-Guarani). Brasília: SIL, 1961, p. 04

MONSERRAT, Ruth. Por que, afinal, parece tão fácil abandonar a própria língua? *In*: **Pensando as línguas indígenas na Bahia**: C-Indy em Vitória da Conquista. COSTA, Consuelo de Paiva Godinho (Org). Campinas, SP: Curt Nimeundajú, 2011, p. 9-17.

MORAES, Vanessa Coelho. A construção da educação diferenciada entre os Kiriri. **Equatorial**, v. 5, n. 9, p. 71 – 97. Natal: UFRN, 2018.

OLIVEIRA, Maria das Dores de. Revitalização da língua Ofayé: desafios e perspectivas. BOMFIM, Anari Braz e COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. **Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva** (org). Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/EGBA, 2014, p. 119-131.

QUEIROZ, José Márcio Correia de. **Aspectos da Fonologia Dzubukuá**. Recife: UFPE, 2008. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. O artigo definido e os numerais na língua Kirirí: Vocabulários Português-Kirirí e Kirirí-Português. **Separata dos Arquivos do Museu Paranaense**, v. 2. p. 179-212. Curitiba, 1942.

_____. 500 anos de descobertas e perdas. **D.E.L.T.A.**, v. 9, n.1, p. 83-103. São Paulo, SP: LAEL-PUC-SP, 2002.

_____. **Línguas Brasileiras**: Para o conhecimento das línguas indígenas. (4ª ed.). São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TORAL, A. A. de. Vocabulário Avá-Canoeiro. s/d. (mimeo).